

Sudam: as mudanças necessárias

• 9 ABR 1986

ESTADO DE SÃO PAULO

**ROBERTO PARANHOS
DO RIO BRANCO**

A legislação que procurou estimular a ocupação da Amazônia através de incentivos fiscais já tem pouco mais de vinte anos.

A legislação que fixa as regras em vigor — D.L. 1.376/74 — sobre incentivos fiscais já completou 11 anos.

Nesse lapso de tempo muita coisa aconteceu. — Muitos projetos foram implantados, com graus variados de sucesso.

A região cresceu e se modernizou nos mais variados aspectos: o produto bruto regional, a infra-estrutura econômica, o nível de conhecimento sobre os recursos naturais, o nível de conhecimento tecnológico. Um dos fatores que estavam na raiz dos planos de desenvolvimento-que era a ocu-

pação territorial, pode ser aferido pelos significativos índices de crescimento demográfico regional em sua comparação com os índices nacionais.

As profundas transformações pelas quais passa a nação, nos aspectos econômico, político e social, levam a uma avaliação da política que vem sendo praticada na região. É hora de balanço e de correção de rumos.

Nesse tipo de balanço é importante notar que em boa parte dos setores analisados os resultados são cumulativos: os esforços adicionais serão aplicados sobre uma base já existente e terão seu retorno potencializado por esse fator. Ou seja: uma das grandes conquistas ou realizações foi vencer a inércia e colocar o colosso amazônico em movimento. A partir desse ponto tudo pas-

sa a ser mais fácil e mais rápido: para o bem ou para o mal.

Coloca-se em discussão a conveniência de prosseguimento da política de incentivos ou sua extinção. Parece claro a todas as partes envolvidas no processo que ainda resta muito a fazer na Amazônia para aproximá-la dos índices de desenvolvimento do Centro-Sul. É evidente que os incentivos fiscais são uma alavanca importante para proporcionar o esforço concentrado necessário a esse fim.

As distorções ou falhas que o tempo e a prática expõem podem e devem ser corrigidas. Tanto através de modificações na legislação promovendo-se a adequação estrutural da política de incentivos, quanto de reversão e aprimoramento de procedimen-

tos operacionais que resultem na maximização dos benefícios produzidos — tanto econômicos como sociais.

Um dos problemas a serem equacionados é o de abrir espaços à atuação dos pequenos e médios empresários — preponderantemente membros da comunidade local — que se sentem marginalizados.

Uma das causas na origem desse problema foi ter a Sudam aprovado mais projetos do que os recursos disponíveis para aplicação. Antes de prosseguir é necessário desatar esse nó. Como a solução simples e unidirecional não parece possível — encolher a carteira de projetos aprovados até o nível de recursos disponíveis ou ampliar o volume de recursos para igualar a inchada carteira de projetos — a solução provável é

• 9 ABR 1986

uma combinação das duas medidas. Proceder a uma criteriosa reavaliação dos projetos que apresentam problemas de implantação e conseqüente:

- abandono dos que resultarem inviáveis técnica e economicamente.
- substituição dos empreendedores nos projetos que têm sua performance prejudicada por problemas gerenciais.
- reprogramação dos cronogramas de implementação dos projetos viáveis.

Se persistir a falta de recursos provenientes de incentivos fiscais para implantação dessa carteira já saneada de projetos, uma complementação dos recursos do Fiam com recursos orçamentários da União e dos Estados é não só necessária como conveniente e justa.

Esse trabalho propiciaria a compatibilização dos recursos comprometidos com os recursos disponíveis, no total e no tempo, garantindo as liberações de acordo com o cronograma financeiro para todos os projetos aprovados que estejam em dia com as suas obrigações e garantissem as condições mínimas de investimento.

Essa "reforma" que moraliza e aumenta a eficiência do programa certamente trará como conseqüência imediata a ampliação do mercado de investimentos incentivados, com o aumento das opções de investimentos que proporcionará a continuação auto-sustentada do programa.

O autor é presidente da Associação dos Empresários da Amazônia.